



Informativo da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil - UNAMIBB
Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 - Savassi - CEP: 30110-039 - Belo Horizonte (MG) - Ano XXI - Nº 82 - Jan/Fev/2010

Banco do Brasil está a caminho da internacionalização

Análise de artigo escrito por diretora da Anabb mostra críticas à direção da Previ. Página 3

Matéria na página 5 analisa as mudanças no Estatuto da Cassi.

De colegas para colegas. Assim devem ser a Cassi e a Previ. Esta é a luta da UNAMIBB. Página 6.

O artigo "Sistema Financeiro Cooperativo Uma chance de Ouro" mostra a chave para o crescimento da produção rural. Página 7

O Editorial "2010 um ano singular" mostra que a UNAMIBB está atenta ao momento político do país no que se refere ao Banco do Brasil e Previ. Página 2

Luzia Lobato

Desde que adquiriu a Nossa Caixa e o Banco Votorantim, o BB vem sofrendo com a queda do índice de Basiléia. Na busca de melhorar a capitalização, o Banco lançou, em agosto do ano passado, bônus perpétuos no exterior. A oferta inicial era de US\$ 500 milhões, mas a demanda chegou a US\$ 13 bilhões e o BB resolveu bater o martelo em US\$ 1,5 bilhão. Do total, 40% ficaram com os asiáticos, europeus e norte-americanos ficaram com 30% cada. A captação ajudou mas não resolveu o problema.

Para minimizar o fato, o governo lançou mão de um Decreto que autorizou o aumento no limite da participação estrangeira na instituição de 12% para 20% e também autorizou a emissão de ADRs. Em dezembro o BB lançou os ADRs, lastreados nas ações ordinárias, no mercado norte-americano. Em apenas 30 dias, o volume atingiu o que se esperava arrecadar em 90 dias. A grande aceitação dos papeis do BB no mercado internacional impulsionou os planos de internacionalização da instituição.

O Banco quer agora adquirir instituições no exterior. Existem negociações, que devem ser concluídas até junho, para a compra de um banco nos Estados Unidos e outro na Argentina. E para isto o BB precisa se capitalizar.

A direção do Banco do Brasil publicou Fato Relevante no final de janeiro que trata da capitalização do

Banco. Eles afirmam estar finalizando estudos para aumentar o seu "capital social em, no mínimo, R\$ 8 bilhões e, no máximo, R\$ 10 bilhões, com o objetivo de sustentar o crescimento futuro da instituição financeira, preservado o controle acionário da União".

Para alcançar o percentual mínimo de 25% de ações em circulação como previsto no Novo Mercado da Bovespa, o Tesouro e BNDESPar pretendem vender pelo menos 5% (cinco por cento) das ações que compõem o capital total do Banco. A operação está sendo preparada para março, mas o Banco precisa esperar a melhora do humor do mercado de capitais. De acordo com analistas, o apetite do investidor pelo Brasil está diminuído, mas o interesse deles em entrar no BB é grande e isto pode ser uma boa vantagem. Na oferta, o BB deve priorizar o investidor pessoa física na alocação de ações, reduzindo a possibilidade de rateio. No caso, o pequeno investidor deverá ter um lote de ações garantido, possivelmente de 10% a 20%, para só depois a oferta ser dirigida aos fundos de investimento nacionais e estrangeiros.

A UNAMIBB procurou saber a opinião dos frequentadores de nossa página. Nossos associados se mostraram divididos: 46,67% acreditam que a internacionalização será um benefício para o BB enquanto 53,33% acham que será um risco.

Na página 2 reproduzimos uma nota publicada no jornal O Globo que trata do assunto.

2010 será mais um daqueles anos de tirar o fôlego. Nem bem passadas as festas da virada de ano, aí vem Carnaval, depois eleições para a Cassi, para a Previ, Copa do Mundo quando tudo no Brasil fica parado e, finalmente, eleições gerais no país.

Para a grande família do BB essas eleições simultâneas começam a afligir os mais atentos. Há anos se avolumam as queixas contra as últimas gestões da Cassi cuja atuação está decididamente distante do que era no passado. Certamente essa eleição será bastante polêmicas.

Na Previ a situação não é diferente. Há milhares de aposentados alijados da última distribuição do superávit. Esses certamente anseiam ver à frente da Caixa de Previdência um novo grupo disposto a fazer justiça para participantes e assistidos.

Outro pesadelo a tirar o sono de participantes e assistidos da Previ são as intenções do Governo sobre o patrimônio da Previ. O governo federal está ganansioso quanto ao patrimônio dos maiores fundos de pensão. Fala-se em cerca de R\$ 241,7 bilhões Este montante equivale ao total de in-

vestimentos em ações e ativos dos oito principais fundos de pensão ligados às empresas estatais da União, cujo comando está, em boa parte, nas mãos de sindicatos simpáticos ao PT. O principal deles é a Previ, dos funcionários do Banco do Brasil (BB), com R\$ 129,3 bilhões. Ao todo, a bolada de R\$ 241,7 bilhões equivale a mais da metade do total de investimentos dos quase 300 fundos de pensão do país, estimados em R\$ 460 bilhões, segundo dados da Associação Brasileira de Fundos de Previdência Privada (Abrapp). Representa, também, quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, estimado em R\$ 2,6 trilhões.

O poderio dos Fundos de Pensão das Estatais e sua importância na economia brasileira estão por trás do projeto político do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua estratégia de eleger, como sucessora, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

2010 será também um ano decisivo para o Banco do Brasil. O Banco se lança para o exterior emplacando 1.153.508 ADRs nos EUA. Hoje, o peso dos estrangeiros no BB subiu para 11,7% de seu capital. Mesmo assim, há rumores de que o BB necessitará reforçar ainda mais seu caixa.

A UNAMIBB acompanhara cada um desses movimentos. Tradicionalmente nossa entidade não se manifesta quanto à política partidária nacional e deveremos continuar assim. Não é esse o nosso papel. Contudo, no que diz respeito aos rumos do BB e às eleições das entidades vinculadas ao BB, estaremos participando das discussões, interferindo no que for de nossa responsabilidade e competência.



É uma publicação da União Nacional dos Acionistas Minoritários do Banco do Brasil - UNAMIBB Registro nº 916 Livro B - Cartório Jero Oliva - Belo Horizonte - MG

Fundador: Cyro Verçosa

Endereço: Av. do Contorno, 6437 - Sala 301 - Savassi - Belo Horizonte (MG) - CEP: 30110-039
Fone: (31) 3194-5900
Fax: (31) 3194-5903
www.unamibb.com.br
unamibb@unamibb.com.br

**Diretoria
Presidente**

Altair de Castro Pereira

Vice-presidente

Isa Musa de Noronha

Diretor Secretário

José Sana

Diretor Administrativo

Antonio Carlos Dias

Diretor Financeiro

Raimundo Vítor Santos

Jornalista Responsável:

Luzia Lobato - MG-04651JP

Edição, Editoração e Projeto Gráfico: Luzia Lobato

Impressão:

Editora O Lutador (31) 3439-8000

Os conceitos emitidos nos artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal, sendo de responsabilidade dos articulistas.

Opinião do jornal O Globo

Publicada em 19/09/2009

Discurso e Prática

Com todo o discurso em voga no Palácio, centrado no mantra do nacionalismo da década de 50, contra o "imperialismo" e os "entreguistas", o presidente Lula assina decreto para elevar a participação do capital estrangeiro, dos "gringos", no Banco do Brasil.

Sem isso, a instituição será impedida de se capitalizar como pretende. Entende-se: uma vida real é muito mais forte que as ideologias.

É inútil lutar contra as leis da natureza, como a gravidade. Por sorte do país, Lula sempre demonstrou ter essa consciência.

Críticos contumazes da gestão da Previ, mercê de decisões precipitadas, errôneas e discriminatórias no trato com seus participantes e assistidos, lemos com interesse e ressaio a mensagem da Diretoria da Anabb postada em seu último jornal "Ação, 204".

Todos sabemos que a Anabb participa da atual gestão com membros na diretoria e conselhos da Previ e assim, foi com surpresa que observamos a declaração de uma diretora da entidade no texto intitulado "Que Previ queremos?".

Diz a Diretora da Anabb:

"(...) Houvesse vontade política, a Previ e o BB poderiam rever as premissas do Plano de Benefícios 1, que, sabidamente, está em desequilíbrio. Desequilíbrio porque um fundo de pensão não existe para apresentar sucessivos superávits ou déficits. Quando ocorre uma das duas situações, a primeira coisa a verificar é se o plano não estaria cobrando demais em contribuições ou pagando menos benefícios do que poderia. Ou, mais ainda, cometendo injustiças contra segmentos de segurados. (...) "

É curioso se falar em "vontade política", quando dito por uma entidade que participa da gestão. A explicação vem logo a seguir:

"(...) O impasse é político. A balança de forças na Previ em suas instâncias decisórias está desequilibrada. (...) Mas, inexplicavelmente, em ambos os órgãos predominam a voz e o voto dos indicados pelo Banco. Alguns dos eleitos, representantes oriundos do movimento sindical, adotam cegamente a política do Banco e curiosamente se acham Governo. (...) "

Entende-se perfeitamente para onde é dirigida a acusação de conluio com o Patrocinador:

"(...) É neste ponto que reside o grande equívoco que se alastrou so-

bre parte do movimento sindical. Não soube separar as lutas dos trabalhadores do apoio às políticas do Governo que ajudou a eleger, esqueceu sua verdadeira natureza, sua razão de ser: a defesa dos interesses dos trabalhadores. Essa situação é extremamente confortável para o patrocinador, uma vez que nem sequer precisa utilizar seu direito ao voto de Minerva."

É desalentador e seriamente preocupante a distensão evidente entre os eleitos. O Patrocinador se sente à vontade e navega incólume em meio as desavenças dos que deveriam defender os interesses de seus representados. A prestimosa e insigne Anabb, com seus mais de cem mil associados, através de sua diretora confessa que:

"(...) A Anabb, por meio de seus representantes, em muitas tentativas não logrou êxito para, minimamente, pautar esses temas. Não encontrou apoio nem entre os "companheiros" eleitos. Foi criado o "Renda Certa" mesmo com os representantes da Anabb no Conselho Deliberativo e na Diretoria denunciando que a distribuição do superávit, da maneira que foi feita, era um grave equívoco, em função de premiar alguns poucos em detrimento da maioria. (...) "

Pois essa tem sido a queixa de milhares de participantes e assistidos que fazem coro com as Associações de Aposentados em todo o país e a Anabb sabe disso... Então, é no mínimo curioso que tão grande entidade procure sempre aliar-se aos mesmos parceiros que sequer honram os compromissos de chapa. Diz a voz do povo que "passarinho que voa com morcego amanhece de cabeça para baixo"... Será que a maior entidade ligada ao funcionalismo vai procurar outros parceiros mais leais para alçar seus voos? Quem viver, verá.

No ano passado, o Banco do Brasil gastou R\$ 1,3 bilhão com tecnologia da informação, este ano os planos são de investir R\$ 1,4 bilhão de acordo com o vice-presidente de tecnologia e logística do BB, José Luís Prola Salinas. Uma das prioridades é iniciar a construção de um centro de dados em Brasília, que será usado para integrar operações com a Caixa Econômica Federal. Valor Econômico.

A carteira total de crédito consignado do Banco do Brasil registrou crescimento de 4,3% em novembro de 2009. O número ficou acima da média do mercado, que apresentou alta de 1,6%. Entre as razões para o crescimento estão a incorporação do banco Nossa Caixa e a parceria com o banco Votorantim, o que possibilitou que o Banco do Brasil atingisse 34,4% de participação de mercado nessa modalidade. O destaque foi o segmento público, em que o banco cresceu 5,4% em relação ao mês anterior. Folha de S. Paulo.

Sócia do BB na BrasilSaúde, a SulAmérica é favorita a se tornar a parceira do Banco na área de seguros de saúde. Esta área é a última do braço de seguridade do banco a ser reestruturada. O Globo.

Apesar da resistência do Governo Federal, o Banco do Brasil e o governador de São Paulo, José Serra, assinam um contrato de R\$ 1,3 bilhão. O acordo dá direito ao BB de administrar com exclusividade a conta salário dos servidores estaduais até 2014. O Planalto foi contra, pois a operação enche os cofres da concorrência. Folha de S. Paulo.

O telespectador são-paulino assistiu no horário nobre da passagem do ano uma prévia do que será a campanha eleitoral de 2010. Revezaram-se os comerciais do governo de São Paulo mostrando realizações nos transportes e do governo federal onde o Banco do Brasil enfatizou as conquistas recentes do país.

Pelas beiradas

Em visita ao Brasil, integrantes do governo do Qatar se mostraram interessados em adquirir ações da Petrobrás e do Banco do Brasil. Executivos da Qatar Holding, parente ao governo daquele país, assinaram memorandos de entendimentos com a Vale, com a Previ e com o BNDES. Em relação a Previ, a ideia é fazer investimentos conjuntos na Vale onde a estrangeira possui uma participação de R\$ 300 milhões. No caso do Banco do Brasil e da Petrobras, o interesse do Qatar é na compra direta de ações.

Prioridades

Apesar de anunciar que precisa ser capitalizado, o Banco do Brasil não abre mão de adquirir outras instituições na Argentina e nos EUA. As negociações estão avançadas e algumas devem ser concluídas até junho. A estratégia de se lançar no exterior está traçada há mais de um ano. O BB aguarda a autorização do Federal Reserve (Fed), o banco central dos EUA, para entrar no mercado americano via a abertura de um banco de varejo no país. Dos pedidos do banco brasileiro, até agora, apenas a autorização para a criação da subsidiária de remessas – a BB Money Transfers – foi aprovada. Com a demora da autorização, comprar um banco já existente é a melhor opção, pois se torna mais fácil a aprovação da autoridade americana.

Cofres vazios

De acordo com o presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine, o Banco precisa de R\$ 8 bilhões

para voltar ao patamar de dezembro de 2008. O valor é o mínimo necessário para que a instituição tenha novamente o porte anterior a compra da Nossa Caixa e Banco Votorantim. Com planos de expansão ousados, será preciso mais capital para o BB que quer avançar na compra de outras instituições no país e no exterior. A expectativa é aumentar a carteira de crédito em 20% neste ano, o que deve significar empréstimos de, no mínimo, R\$ 60 bilhões. A folga do BB para operar é de R\$ 100 bilhões. A maior parte dos R\$ 8 bilhões necessários deverá sair dos cofres públicos, ou seja, do Tesouro.

Nova composição

Parceira do BB desde 1995, o Icatu foi escolhida pelo Banco como seu sócio no segmento de capitalização. A experiência do Icatu na área de capitalização e a disposição do grupo em fazer os investimentos necessários para aumentar o volume de negócios no segmento foram os itens que mais pesaram para a escolha. SulAmerica e Aliança da Bahia devem deixar a companhia. De acordo com os entendimentos, a Icatu vai ampliar sua participação acionária na Brasilcap para algo equivalente a 50% mais uma ação ordinária, com direito a voto e, portanto, terá influência direta na administração dos negócios. O BB, por sua vez, ficaria com 50% menos uma ação ordinária da Brasilcap. Porém o Banco ficará com o total das ações preferenciais e terá 75% do lucro da nova empresa. As negociações estão adiantadas, mas ainda não foram concretizadas.

Perguntas que não querem calar

Publicado na Folha de S. Paulo de 12/11/2009 na coluna de Mônica Bergamo.

Letra miúda

Uma pesquisa realizada em 60 das maiores empresas brasileiras – entre elas, estatais como Petrobrás, Banco do Brasil, Furnas e Caixa Econômica Federal – mostra que, num universo de 138 mil mulheres que trabalham nessas organizações, há 944 analfabetas – ou 0,6% do total. Outros 10% estudaram só até o ensino fundamental.

A pergunta: Como pessoas analfabetas entram em empresas estatais onde é necessário o concurso público?

Publicado no jornal Estado de Minas de 10/11/2009 – Cartas à Redação

Transferência de pontos custa R\$ 70 a clientes

“Transferir pontos do cartão de um cliente para outro deve dar muito trabalho aos bancos. Talvez por isso, o Banco do Brasil cobra uma taxa de R\$ 50 e depois, mais R\$ 20, para transferi-los para uma companhia aérea. Ser explorado por bancos privados já é terrível, mas por uma instituição bancária nossa, do povo brasileiro, é demais.”

A pergunta é do próprio leitor do jornal: “Por que o BB cobra uma taxa tão extorsiva para um serviço simples como esse?”

Cassi – Laços Partidos

E quem não se lembra? Funcionários do BB tinham orgulho de sua Cassi. Presente, moderna, reunindo os melhores médicos e hospitais na relação de credenciados, atendimento seguro, eficiente e rápido nas agências do BB, assim era a Cassi. Era a entidade através da qual o Banco do Brasil, como empregador, prestava assistência médico-hospitalar a seus empregados e ex-empregados aposentados e respectivos dependentes diretos e indiretos. Mas, era administrada sob regime de co-gestão nos órgãos sociais existentes – a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal –, com o Banco nomeando o presidente e controlando a administração executiva e os empregados elegendo quatro entre os seis membros do Conselho Fiscal. Perfeito não? Um administra, outro fiscaliza. As despesas administrativas da Cassi eram integralmente custeadas pelo Banco, inclusive o pagamento dos salários e encargos sociais dos funcionários a ela cedidos, assim como os dos dirigentes eleitos e nomeados. O Banco do Brasil era o único responsável pela cobertura de eventuais déficits.

Com a reforma estatutária negociada em 1996 entre a direção do Banco e os dirigentes sindicais da Confederação Nacional dos Bancários (CNB), atual CONTRAF/CUT, a Cassi foi transformada em “empresa de mercado”, administradora de planos de saúde, dentre os quais o Plano “Associados”, cuja filiação passou a ser facultativa e em relação ao qual esta assumiu encargos que eram do Banco do Brasil, concretizando-se uma imprópria novação de obrigações.

Em termos mais objetivos, a assistência médico-hospitalar que até 1996 era assegurada pelo Banco do Brasil, em razão do vínculo de emprego, passou a ser prestada pela empresa Cassi, sendo certo que, paulatinamente, modificações passaram a ser implementadas de modo a tornar mais onerosa a assistência médica e inferior qualitativamente, mormente a partir do estatuto atual da Cassi, de 2007.

O Banco transformou-se em patrocinador da empresa Cassi, exonerando-se do encargo trabalhista de prover a assistência médico-hospitalar nas condições até então pactuadas, que não poderia denunciar unilateralmente por força do disposto no art. 468 da CLT, além do que, tentou se eximir de suas responsabilidades em relação aos dependentes indiretos por ele cadastrados antes.

Zerou suas despesas com os salários e transferindo-as para a responsabilidade da nova empresa.

A despeito de tais fatos, o Banco do Brasil continuou a ser o verdadeiro controlador da administração da Caixa de Assistência, em cabal desmentido contraditório da ardilosa propaganda segundo a qual a

reforma estatutária “era uma grande conquista” do funcionalismo, pois a nova empresa “teria autonomia em relação ao Banco do Brasil; sua gestão tornar-se-ia compartilhada; e o corpo social seria o protagonista da nova gestão.” Quanta mentira...

A pretexto de “garantir equilíbrio econômico-financeiro da empresa”, a contribuição do Banco foi fixada em 4,5%, ou seja, desceu de dois por um para um e meio por um, com uma redução de 50%, enquanto a dos associados cresceu de 1 para 3%, com um aumento de 200%.

O Banco passou a cobrar da (agora empresa) Cassi (a) aluguel pelos espaços por ela ocupados em suas dependências; e (b) tarifas pelos serviços bancários a ela prestados.

O BB transferiu para a empresa Cassi o ônus do pagamento dos salários dos empregados a ela cedidos e extinguiu o CEASP – Centro de Assistência ao Pessoal, o SEMED – Serviço Médico, que davam suporte à sua assistência médico-hospitalar e o DEASP – Departamento de Assistência e Disciplina, organismos de sua estrutura interna, que prestavam assistência médica e social aos funcionários, familiares, aposentados e pensionistas em todo o País.

A gestão da empresa Cassi ficou mais onerosa em virtude da ampliação dos órgãos sociais, sendo a) o Conselho Deliberativo, composto por 3 titulares eleitos pelos associados e 2 indicados pelo Banco, e respectivos suplentes; b) a Diretoria Executiva, composta por um diretor superintendente, indicado pelo Banco, e 3 diretores executivos, um dos quais indicado pelo Banco; e c) o Conselho Fiscal, composto por 3 titulares e suplentes, todos eleitos pelo Corpo Social.

Como compensação pelas vantagens que lhe foram conferidas, o Banco aprovou a alteração estatutária que atribuiu aos diretores da Cassi, eleitos e nomeados, salários equivalentes aos de diretores do Banco, acrescidos das mais elevadas comissões da carreira administrativa. Pior... O Banco deixou de ser responsável pelo equacionamento das insuficiências financeiras da Cassi. Apenas, segundo o Estatuto de 1996, as eventuais insuficiências financeiras do “Plano de Associados” podem ser cobertas pelo Banco do Brasil, a seu critério, sob a forma de adiantamento de contribuições. Naturalmente, isso gera incerteza e instabilidade na manutenção de um direito basilar antes adquirido: a assistência médico-hospitalar até então prestada pelo empregador Banco do Brasil.

Submetida às condições acima descritas, a empresa Cassi já iniciou suas atividades assumindo pesados encargos financeiros que eram de responsabilidade do Banco. Tal fato foi agravado pela redução

de sua receita contributiva em decorrência do achatamento dos salários dos empregados do Banco, em virtude da alteração do Plano de Cargos e Salários (PCS), e pelo descumprimento, pelo Banco, de todos os artigos do Estatuto de 1996, que dispõem sobre sua contribuição. Um deles diz respeito ao não-ressarcimento do déficit da assistência aos dependentes indiretos cadastrados sob critérios definidos pelo Banco antes da transformação da Cassi em empresa de mercado. Outro compromisso inadimplido foi a falta de recolhimento da contribuição devida à Cassi sobre os abonos que substituíram os reajustes salariais no período 1995/2002, bem como a contribuição de apenas 3% sobre os salários dos funcionários por ele admitidos a partir de 1998, em vez dos 4.5% pactuados, violando, respectivamente, o § 2º do artigo 4º; o inciso I e o parágrafo único, do artigo 21, combinado com o inciso I do artigo 65, bem como os incisos I e III, do artigo 59, todos do Estatuto de 1996.

Sob tais condições, com a curva da receita dependendo das decisões do Banco, o “Plano de Associados”, a partir de 1999, passou a registrar déficit operacional, consumindo as reservas antes existentes.

O que era ruim ficou ainda pior, em 2007, em nova absurda reforma estatutária... A “proposta” aprovada (em terceiro turno, após verdadeira campanha de terrorismo) ostentava uma contradição: sob a alegação de diminuir déficit, onerava os associados com o fator moderador da participação, mas, de outro lado, por liberalidade, sem justificativa, aumentava a despesa com a gestão, ampliando o número de conselheiros deliberativos de 5 para 8, ao mesmo tempo em que reduzia suas atribuições; e, aumentando de 3 para 6, a composição do Conselho Fiscal, todos a expensas da Cassi, com remuneração vinculada aos salários dos diretores eleitos e nomeados, mantidos em patamares superiores aos diretores do Banco do Brasil, posto que acrescidos das mais altas comissões vigentes na carreira administrativa do banco.

Poder-se-ia pensar que, sendo o corpo social da Cassi a voz maior, o que este deliberasse seria válido e passaria a obrigar a todos, indistintamente. Entretanto, há institutos jurídicos de primeira grandeza em xeque. O estatuto de 1996 – que vigeu até a reforma de 2007, que passou a vigorar em 2008 – previa obrigações objetivas executadas pela Cassi, mas atribuídas ao Banco do Brasil por força do contrato de trabalho preteritamente firmado. Por óbvio, a estas obrigações objetivas correspondem direitos gozados pelo corpo social, funcionários, ex-funcionários e dependentes de

Continua na página 6...

funcionários do Banco do Brasil.

Logo, se o texto estatutário atual – fruto da reforma de 2007 – preconiza a instituição de patamares contributivos diversos daqueles vigentes até o estatuto de 1996; e, se prevê a co-participação do associado no custeio das despesas médicas, naturalmente que esta modificação representa a mitigação de direitos já adquiridos anteriormente. Em termos ainda mais claros, isto significa que a alteração estatutária teve o objetivo de extinguir ou, minimamente, modificar obrigações que antes eram do Banco do Brasil e que, passadas à Cassi, foram sumariamente ceifadas em prejuízo daqueles que dependem da assistência médico-hospitalar decorrente do pacto laboral.

Com essa triste, mas verdadeira história, uma grande Associação de Aposentados foi à Justiça contra o Banco do Brasil rogando que o Juiz: a) declare que não se aplica a alteração contratual que transferiu à Cassi o mister da assistência médico-hospitalar, e que, portanto, o Banco do Brasil é responsável pelo fornecimento de assistência médico-hospitalar a todos os seus funcionários (ativos, aposentados, pensionistas e dependentes) em decorrência de obrigação resultante do contrato de trabalho, para os admitidos até 01.07.1996, data em que o Estatuto da Cassi (anterior ao atual) iniciou sua vigência; b) condene o Banco do Brasil, por sentença definitiva, tendo em vista a inaplicabilidade referida na alínea anterior, a cumprir a obrigação de fazer no sentido de assegurar assistência médico-hospitalar, nos mesmos patamares qualitativos vigentes anteriormente ao Estatuto de 1996 da Cassi a todos os seus funcionários (ativos, aposentados, pensionistas e dependentes diretos e indiretos) em decorrência de obrigação resultante do contrato de trabalho para os admitidos até 01.07.1996, data em que o Estatuto de 1996 da Cassi – incumbido da transferência da responsabilidade – iniciou sua vigência, sem que o mesmo opere seus efeitos de modo a prejudicar os direitos narrados na causa de pedir. c) declare nula a supressão – implementada pela reforma estatutária de 2007 –, do artigo 9º do Estatuto de 1996, verbis: “Artigo 9º. – Os associados não respondem, direta ou subsidiariamente pelas obrigações da Cassi”;

Esta grande Associação é a AAFBB, filiada à FAABB, que assim faz o que se espera de uma entidade: defende de forma intransigente e intemerata o direito de seus associados. Acreditamos na Justiça, mas sabemos que, à exemplo da Divina Providência, “tarda, mas não falta”. Vamos aguardar.

Laços partidos... Quebra de contrato, pressões, traições e tudo isso levado adiante pelos próprios funcionários do BB, sindicalistas que perderam a identidade com a causa dos trabalhadores que dizem representar.

A UNAMIBB foi criada 1986. Aquela foi uma década complicada, perigosa para o Banco do Brasil. Em 1985, vivíamos apreensivos com a possibilidade da destruição do BB. Cyro Verçosa, fundador e primeiro presidente de nossa entidade, Cyro deu início a estruturação da UNAMIBB, com objetivo principal da defesa do Banco do Brasil como patrimônio público pertencente ao povo brasileiro. Cyro ia além. Conhecia a fundo o funcionalismo do BB e sabia que não se constrói uma história de sucesso como a do Banco, sem o trabalho, a dedicação e competência dos seus funcionários. Eis porque a Unamibb jamais se distanciou da defesa intransigente do pessoal do BB. A UNAMIBB sempre pleiteou a ética nas relações entre o banco e seus empregados e a transparência do BB como patrocinador de suas caixas, a Cassi e a Previ. Se a primeira foi criada para propiciar a tranquilidade do funcionalismo quando o país mais necessitou de interiorizar suas agências ao fim da Segunda Grande Guerra, a segunda foi criação pioneira dos próprios empregados do Banco do Brasil nos idos 1904. Quando ninguém sequer falava em “fundo de pensão”, cerca de cinquenta e dois empregados do BB decidiram criar uma “caixinha” de aposentadoria. Nascia em dia 16 de abril de 1904, *Caixa Montepio dos Funcionarios do Banco da Republica do Brazil*.

Durante muitos anos, BB, Cassi e Previ andaram de mãos dadas e desfrutaram do melhor conceito no seio do funcionalismo. O Banco era patrão leal e justo, a Cassi, um modelo de assistência à saúde e a Previ um gigante em crescimento. O mundo mudou. A medicina torna-se mais cara a cada nova tecnologia e a Cassi não foi capaz de acompanhar tanta

modernidade e se perdeu em meio a equivocadas reformas estatutárias e gestões desastrosas. A Previ, ao contrário, aproveitou-se bem da ciranda financeira e amealha patrimônio invejável, mas o funcionalismo do BB... Esse foi ficando cada vez menos assistido pela Cassi e assiste incrédulo o patrimônio da Previ ser canalizado em turbilhão para os cofres do patrocinador. As mudanças no mundo parecem ter refletido na mudança no caráter das pessoas que dirigem o BB, a Cassi e a Previ. Se antes eram colegas a serviço de colegas e do país, hoje se travestem de braços do governo em detrimento dos interesses dos seus “ex-colegas”. Dirigentes de Cassi e Previ não são mais colegas, mas sim, gestores que visam o interesse do patrocinador.

Reagindo a tal transformação, a UNAMIBB sentiu necessidade de cerrar fileiras com as demais entidades representativas do funcionalismo do BB para defender ativos, aposentados e pensionistas da sanha desses gestores, chamando a direção do Banco às falas, atuando junto a Comissão de Valores Mobiliários e Tribunal de Contas da União e denunciando os desvios e pleiteando por ações corretivas. Não estamos atuando “contra” o Banco do Brasil... Ao contrário, buscamos os mesmos objetivos de outrora: relações éticas, justas e transparentes entre o Banco, suas Caixas e seu pessoal. Essas são as nossas frentes de luta.

Associe-se à UNAMIBB e ajude a defender o Banco do Brasil como patrimônio de todos os brasileiros.

Sistema Financeiro Cooperativo

Uma chance de Ouro

A imprensa tem noticiado que, a despeito do país carecer de um Sistema Financeiro Cooperativo Nacional bem organizado, as cooperativas de produção vão se consolidando, principalmente no âmbito do agronegócio, onde já possuem certa tradição. Algumas delas, como a mineira Itambé e as cooperativas centrais Cemil (MG), Confepar (PR), Centroleite (GO) e Minas Leite (MG) negociam uma aglutinação das operações. Juntas, as cinco cooperativas brasileiras terão uma produção ligeiramente superior a 7 milhões de litros de leite por dia, bem acima dos 5,2 milhões de litros recolhidos pela DPA (Dairy Partners Americas), joint venture entre a Nestlé e a Fonterra, no Brasil e dos 4,5 milhões de litros recolhidos pela Perdigão. Ao contrário dos anos anteriores, quando muitas sociedades adotaram estratégias agressivas de investimentos, as cooperativas passarão a concentrar esforços em projetos de “intercooperação”.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial aconteceu no Brasil um novo surto de desenvolvimento cooperativista. O restabelecimento do comércio internacional foi encarado como uma das alavancas que ergueram as cooperativas, notadamente às agrícolas voltadas à exportação.

Em 1951, o Governo Federal passou a oferecer novos incentivos materiais e fiscais, criando, inclusive, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo- BNCC.

Mais tarde, em 1966, um Decreto-Lei criava o Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC.

No final da década de 60, o Ministério da Agricultura unificou os órgãos de representação do cooperativismo, surgindo, assim, a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB e as Organizações de Cooperativas Estaduais - OCEs.

Em 16 de dezembro de 1971, foi promulgada a Lei n.º 5764/71, ainda hoje em vigor. O diploma dispõe

sobre o regime jurídico das cooperativas, constituição e funcionamento, sistema de representação e órgão de apoio. Foram elencados todos os requisitos para a viabilização do Sistema Brasileiro de Cooperativismo. Sob as regras de uma legislação especial, cooperativas passaram a ter um caráter mais empresarial.

Finalmente, em assembléia geral extraordinária, de 17 de maio de 1994, os acionistas do BNCC deliberaram o encerramento da liquidação e a extinção da sociedade, aprovada pelo Banco Central em despacho de 17 de março de 1995.

Finalmente, reconhecendo a importância do Cooperativismo para a Nação, a nova Constituição Brasileira estabelece, como princípio geral, o estímulo ao cooperativismo, conforme descrito no Título VII - Da Ordem Econômica Financeira, Capítulo I - Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, art. 174, parágrafo 2º - “A Lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”.

É preciso mais ousadia para aproveitar as oportunidades. O Governo tem em mãos seu grande instrumento de crédito. O Banco do Brasil é o maior banco agrícola do país. Como tal, dispõe de grande “know how” em agronegócios e uma extensa rede de agências no interi-

or. Assim, reúne todas as condições para fazer o papel de banco “holding” de um novo Sistema Financeiro Cooperativo Nacional, apoiando o crescimento das cooperativas de crédito e de produção rurais e realizando ótimos negócios nesse crescente segmento de mercado, cujo potencial no Brasil é, simplesmente, imenso.

Nos países líderes de primeiro mundo, o cooperativismo domina o agronegócio “*latu sensu*” (commodities, agroindústria, agroquímica, agroenergia, biotecnologia, meio-ambiente, orgânicos, etc). No centro de sua organização estão alguns dos maiores bancos cooperativos do mundo, como o Credit Agricole na França, o Rabobank na Holanda, o DZ Bank na Alemanha e o National Credit Union Adm, nos EUA.

Com a organização de um Sistema Financeiro Cooperativo Nacional, baseado nesses modelos bem sucedidos, como por exemplo, o alemão, o cooperativismo de produção poderia crescer mais rapidamente, assegurando a um grande número de micro e pequenos produtores rurais uma participação maior na agroindústria e no comércio internacional, coisa que dificilmente conseguiriam de forma isolada. Fica aqui nossa sugestão ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco do Brasil

Nasce a Previc, polêmico controlador dos fundos de pensão

Aprovada pelo Congresso em dezembro e instalada no final de janeiro, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) já nasceu partidária. Ela entrou em operação com três diretores indicados pelo PT e pelo PMDB e nomeados pelo presidente Lula. “Não são pequenos os riscos decorrentes da partidização da Previc, cuja responsabilidade é fiscalizar os grandes fundos estatais de pensão, como a Previ, do Banco do Brasil, com patrimônio de

R\$ 135 bilhões; a Petros, da Petrobrás, com R\$ 44 bilhões; e Funcef, da Caixa Econômica Federal, com R\$ 36 bilhões. Apenas essas três fundações representam quase a metade (46%) do patrimônio total dos fundos de pensão. Órgão máximo de fiscalização dos fundos, a Previc terá agora de fiscalizar os “companheiros”, o que deverá provocar frequentes conflitos de interesses.” A informação é do jornal O Estado de S. Paulo de 31/01/2010

União Nacional dos Acionistas Minotirários do Banco do Brasil UNAMIBB Demonstrações Financeiras de 2009

Balço Patrimonial			Demonstraço de Resultados		
			Em 31.12.09	Em 31.12.08	Em 31.12.06
Ativo					
CIRCULANTE.....	Em 31.12.09	Em 31.12.08	1.018.836,91	678.134,05	1.203.470,67
REALIZVEL A LONGO PRAZO.....	2.235,26	2.235,26	2.235,26	2.235,26	132.860,76
PERMANENTE LQUIDO.....	389.195,83	395.830,03	389.195,83	395.830,03	800.828,81
Total do ATIVO.....	1.410.268,00	1.078.199,34	1.410.268,00	1.078.199,34	1.070.608,91
Passivo					
CIRCULANTE.....	Em 31.12.09	Em 31.12.08	157.060,62	143.018,30	36.654,40
PATRIMÔNIO SOCIAL.....	1.253.207,38	933.161,04	1.253.207,38	933.161,04	120.113,98
EXIGVEL A LONGO PRAZO.....	-0-	-0-	-0-	-0-	41,20
Total do PASSIVO.....	1.410.268,00	1.078.199,34	1.410.268,00	1.078.199,34	1.070.608,91
DEMONSTRAÇÃO ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS					
			Em 31.12.09	Em 31.12.08	
1 - ORIGEM DE RECURSOS					
Acréscimo do Passivo Circulante.....	14.042,32	6.516,18	14.042,32	6.516,18	
Decréscimo do Ativo Circulante.....	-0-	221.690,66	-0-	221.690,66	
Superávit do Exercício.....	320.026,34	132.860,76	320.026,34	132.860,76	
Decréscimo do Permanente Líquido.....	6.834,20	-0-	6.834,20	-0-	
Total das Origens De Recursos.....	340.702,86	361.067,59	340.702,86	361.067,59	
2 - APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Em 31.12.09	Em 31.12.08	
Acréscimo Ativo Circulante.....	340.702,86	-0-	340.702,86	-0-	
Decréscimo do Passivo Circulante.....	-0-	-0-	-0-	-0-	
Acréscimo Permanente Líquido.....	-0-	361.067,59	-0-	361.067,59	
Total das Aplicações.....	340.702,86	361.067,59	340.702,86	361.067,59	
3 - DEMONSTRAÇÃO DO CAPITAL					
CIRCULANTE	Em 31.12.09	Em 31.12.08	Variações		
Ativo Circulante.....	1.018.836,91	678.134,05	340.702,86		
Passivo Circulante.....	157.060,62	143.018,30	14.042,32		
Líquido.....	861.776,29	535.115,75	326.660,54		

Altair de Castro Pereira Presidente	Isa Musa de Noronha Vice-Presidente
Raimundo Vitor Santos Diretor Tesoureiro	José Sara Diretor Secretário
Antônio Carlos Dias Diretor Administrativo	
Aderson Campos Cardoso Técnico em Contabilidade CRC-MG 32202 CPF: 280.197.178-88	

Notas Explicativas - Balço de 31/12/2009

Nota 1 - Ativo Circulante: é composto dos seguintes valores: Fundo Fixo - R\$ 1.000,00, conta corrente bancária BB - R\$ 99.664,12, conta corrente aplicações financeiras - CDB DI BB - R\$ 889.071,10, conta corrente estimativa do IRPF sob juros de aplicações a resgatar - R\$ 21.975,45 e contas de outros ativos com direitos - R\$ 7.126,04: valor total R\$ 1.018.836,71.

Nota 2 - Ativo Permanente: valor das salas da sede própria - R\$ 353.194,20 e outros bens móveis líquidos de depreciações R\$ 36.001,63: valor total existente R\$389.195,83.

Nota 3 - Valor dos Extratos Banco do Brasil - Aplicações Financeiras: Capital Aplicado - R\$ 772.500,00, rendimentos estimados a resgatar - R\$ 138.546,55 e IRF sobre rendimentos a resgatar - R\$ 21.975,45: valor líquido das aplicações financeiras estimadas - R\$

889.071,10.

Nota 4 - Receita Operacional: receita social R\$ 1.185.876,96, rendimentos de aplicações financeiras resgatadas - R\$ 46.297,10, dividendos recebidos - R\$ 310,33, taxas para custeio de ação ordinária Previ - R\$ 192.900,00 e outras receitas - R\$ 9.588,45: total da receita operacional R\$ 1.434.973,04.

Nota 5 - Ação Ordinária Previ - O número de participantes de 2008 a 2009 atingiu a 1399 associados, destes, 1316 têm suas ações ajuizadas e 83 em andamento. A receita de taxas para custeio das ações registradas soma R\$ 266.000,00 no período de 2008/2009. Os gastos com os serviços de preparação e encaminhamento dos processos somaram R\$ 255.734,14, havendo um saldo credor de R\$ 10.265,86.